

ALFABETIZAÇÃO MARXISTA E A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL

Bruna Jullyeti Viana de Jesus¹

Resumo em português: A educação brasileira vem de uma longa trajetória de imposição do que o proletariado deve aprender na escola e a sua resistência afim de que seus conteúdos e métodos favoreçam a sua classe. Desse modo, objetivamos saber qual a melhor definição de alfabetização e metodologia para que se cumpra o objetivo de atender à classe trabalhadora, e pensamos nesta fase em específico porque a alfabetização é de suma importância para a apreensão do mundo e conseqüentemente provocar a sua transformação. Para tanto chegamos ao ponto de um método de alfabetização marxista deve ser fundamentado na Pedagogia histórico-crítica, tendo como principal nome, Demerval Saviani e propomos um esboço de método de alfabetização baseado nesta teoria e para chegarmos nessa conclusão, usamos somente a pesquisa bibliográfica, revisando artigos publicados e livros.

Palavras-chave: Alfabetização. Marxismo. Educação. Revolução. Práxis.

O que é alfabetização?

Primeiramente devemos compreender o que se trata o termo alfabetizar ou processo de alfabetização. Existem diversas concepções do que seja, mas que mais se adequa a uma pedagogia marxista é que: trata-se de ensinar os rudimentos da técnica de codificar e decodificar letras e números e saber suas implicações e conseguir realizá-las.

A questão é que existem vários métodos de alfabetização, que vamos descrever a seguir, e como nessa vastidão podemos escolher um, ou partes de vários para a nossa práxis em sala de aula afim de realizar o que tanto os Projeto Político Pedagógico (PPP) propõe de formar um

¹ Graduação em Pedagogia, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, UESB, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. Email: brunajullyeti@gmail.com

cidadão crítico? Qualquer método serve? Por que não ensinar com o método com o qual fomos alfabetizados?

Métodos de alfabetização e sua historicidade

Segundo Mendonça (2011), na Antiguidade, na Europa, foi criado o método de soletração, que consistia em ensinar a decorar as letras do alfabeto em sequência e depois fora de ordem, depois de memorizado, era apresentado a representação simbólica das letras e depois as combinações sonoras, como $b + a = ba$. A partir do século XVI, Pascal e Ickelsamer pensam em novas metodologias de alfabetização, uma soletração que se dá por meio dos fonemas que são emitidos, separadamente, basicamente, o som isolado de cada letra.

Nos séculos XV e XVI, de acordo com Cagliari (1998), com o uso da imprensa, se pensava mais nos leitores, fazendo com que as obras literárias, antes coletivas, se tornassem individuais e assim a alfabetização ganha uma grande dimensão, fazendo nascer então o que podemos chamar de “primeiras cartilhas”.

No século XVIII, Vallange, cria o método fônico, chamado também de “figuras simbólicas”, associando os fonemas à imagens, como afirma Rodrigues, Bernardo e Giacomini (2014) para reforçar a sonoridade do fonema que estava sendo representado. No Brasil já foi rejeitado no próprio século de sua criação.

No final do século XIX há uma nova perspectiva, não hegemônica, de como alfabetizar, conhecido como “método João de Deus” ou analítico, em que se ensinava primeiramente o todo, depois os sons, com variações do que seria considerado esse todo, podendo ser a palavra, sentença ou história (sendo esse o global).

O uso das cartilhas tem um uso mais elaborado a partir do século XIX, com ideia de expansão do ensino, com um ensino sistematizado, com o uso das cartilhas, também comum as cartas de ABC (MORTATTI, 2000), materiais esses que primeiramente foram produzidos por professores do Rio de Janeiro e São Paulo de acordo com suas próprias experiências. Essas cartilhas continham o método de alfabetização sintético, inicialmente, partindo do que era considerado mais simples, a partir das vogais e consoantes, sílabas, palavras e formações de frases muitas vezes sem um sentido real, exemplo: Eva viu a uva.

Desde o século XIX, o método fônico, com alguns princípios baseados na psicologia cognitiva, que é um método sintético, já era conhecido no Brasil, que partem das unidades

menores, como as letras, para as maiores, como sílabas e formação de palavras, segundo Sebra e Dias (2011) e que não precisam de uma contextualização, segundo Mortatti, houveram muitas críticas à esse modelo de alfabetização por parte dos que defendiam os métodos analíticos, pois afirmavam que o sintético impedia a criança de conhecer o real sentido.

Em meados do século XVII o método analítico é bastante difundido, como o global, ou ideovisual, sentenciado e palavração, de acordo com Sebra e Dias (2011), parte do oposto do sintético. Ele inicia pelas unidades de sentido como palavras, frases e até textos, trabalhando com o reconhecimento visual das palavras.

Na década de 1960, o educador Paulo Freire, propôs um método de alfabetização diferente, que contemplasse os objetivos da classe trabalhadora, criando o método atualmente chamado de Sociolinguístico, ou método da palavra geradora.

Com a explanação do pensamento de Emília Ferreiro e Ana Teberosky, baseadas nas ideias de Piaget, a partir da década de 1970, segundo Andrade, Andrade, Prado (2017), entendia-se o processo de alfabetização em 4 momentos: pré-silábico, silábico, silábico-alfabético e alfabético, de acordo com Mendonça, Mendonça (2011), que buscava superar a mecanicidade e falta de articulação com a realidade das cartilhas, considerando primeiramente as hipóteses que os educandos já tinham sobre a leitura e escrita, que acabou gerando uma certa confusão na metodologia dos professores, que não mais utilizavam as cartilhas, mas usavam o mesmo método, como a exemplo o estado de São Paulo.

Crítica aos métodos de alfabetização

O método da soletração é a base do fônico, porque fazer uma imaginária correspondência assertiva das letras e dos seus sons quando são apresentadas sozinhas ou formando sílabas.

O problema do método fônico está na artificialização da fala e escrita, já que é quase impossível produzir um som sem que sejam utilizados outros fonemas, e neste ponto cabe a crítica de que o método fônico, já que não é uma metodologia que estimula a criticidade no educando. Mesmo com essa crítica, atualmente, alguns nomes tem reacendido a chama do método fônico como uma possível recuperação dos danos causados pelo escolanovismo em sua desmetodologização do ensino da alfabetização, mas mesmo com esse advento, sabemos bem que o método fônico nunca deixou de ser usado no Brasil, seja parcialmente ou completo.



Em relação ao método de João de Deus, as críticas à esse método, como nos traz Scliar-Cabral (2013), que afirmam que compreendemos por meio das segmentações fonêmicas e a memória lexical, com as unidades, que são os fonemas, que são portadoras de significado, “a arquitetura geral do sistema visual é estreitamente limitada e reproduzível, mas o detalhe das respostas de cada neurônio depende de cenas visuais que o organismo encontrou previamente” (2013, p. 8). Isto significa que podemos compreender superficialmente as palavras no método global, mas a real compreensão só acontece quando encontramos as unidades particulares que as compõe, no caso os fonemas.

Quanto à Paulo Freire, alguns até o classificam, erroneamente, como marxista, pois quando se fala em algo baseado na realidade do educando e na sua transformação, associa-se à comunismo, marxismo, como a exemplo de nosso atual presidente, Bolsonaro, que classifica Freire como um “comunista” e afirmando que este destruiu a educação do país. Ora, não passa de uma mentira, pois nem se quer ao menos tivemos tempo de ver os impactos do método de alfabetização freiriano, já que ele foi exilado do país no período da ditadura militar.

De qualquer modo, não concordamos que o método freiriano seja revolucionário pelo motivo de que no método dele as palavras apresentadas são limitadas ao cotidiano do aluno, mas sabemos que para modificar a realidade é preciso também ter acesso ao conhecimento do opressor, que no caso é a classe burguesa, logo a ideia de Freire não se constitui como marxista, uma vez que não promove a transformação da realidade.

Sobre o construtivismo de Ferreiro e Teberosky, acaba caindo na mesma armadilha do método freiriano, que é de se basear apenas e exclusivamente na realidade do aluno, o que faz com o que ele não apreenda o conhecimento acumulado e sistematizado pela humanidade.

Outro ponto é sobre a questão dos 4 momentos da evolução da leitura e escrita propostas pelas autoras. De acordo com o pensamento vygotskyano, que é um autor marxista, é uma forma falsa de analisar a realidade, pois ninguém, em nenhum momento da vida tem avanços contínuos e plenos. Há altos e baixos, avanços em alguns pontos, estagnação em outros e retrocessos em alguns, fora que não necessariamente a criança tem que passar por todas essas etapas e como acabamos de dizer, na ordem apresentada por elas.

Antes, no século XVIII, com o método fônico, por exemplo, havia uma técnica sem teoria, mas então foi implementada uma teoria sem método de ensino, como por exemplo a

abolição de ensinar o rudimento da alfabetização que é codificar e decodificar e o ensino da silabação e vemos isso como um grande prejuízo à educação brasileira.

Alfabetização em uma perspectiva marxista

Existem algumas teorias que vem a escola e os processos de aprendizagem de uma forma crítica, como a teoria crítica-reprodutivista, de Bourdieu e Passeron, que explicava o processo educacional como uma forma de inculcar a ideologia burguesa e não tem como ser superada, então se não se pode sair desse ciclo, a única forma de não contribuir para a perpetuação da lógica burguesa seria abandonar a função de docente. O que fazer então com essa afirmação? Devemos abandonar nossa função enquanto docentes e apoiar a educação não-escolar? Como resposta apresentamos a Pedagogia histórico-crítica (PHC), que traz ainda a questão da criticidade que continha na reprodutivista, mas oferece a superação do obstáculo, se apropriando da escola como forma de que os conhecimentos sirvam ao interesse do proletariado.

Defendemos essa teoria porque a PHC está fortemente embasada nas concepções marxistas, pois se trata de uma dialética, não idealista, mas de real movimento. Segundo Saviani (2011, p. 120), a PHC:

trata-se de uma dialética histórica expressa no materialismo histórico, que é justamente a concepção que procura compreender e explicar o todo desse processo, abrangendo desde a forma como são produzidas as relações sociais e suas condições de existência até a inserção da educação nesse processo.

O objetivo da escola na perspectiva da PHC é proporcionar ao educando, que na escola pública, geralmente são os filhos da classe trabalhadora, o acesso ao conhecimento acumulado e sistematizado pela humanidade, ou seja, o conhecimento clássico, que não se confunde com o tradicional, nem se opõe a ele, ou ao moderno e atual, já que o clássico é conceituado por Saviani (2011) como “aquilo que se firmou como fundamental, como essencial”, (p. 13) para que ele possa se apropriar e desenvolver novas funções cognitivas e assim o poder de transformação da sociedade, sabendo que a educação é um fenômeno essencialmente humano (SAVIANI, 2011), e apenas nos humanizamos por meio da educação.



O papel do professor é fundamental, como afirma Marsiglia e Saviani (2017), o professor não é o mediador desse conhecimento e sim o que possui, sendo assim é o professor que além de ter o conhecimento, deve saber como realizar o ensino. Damos enfoque a essa questão, pois no pensamento escolanovista, o centro se desloca para o aluno e então o professor deve se organizar de modo a “agrupar os alunos segundo as áreas de interesses decorrentes de suas atividades livre. O professor agiria como um estimulador e orientador da aprendizagem cuja iniciativa principal caberia aos próprios alunos” (SAVIANI, 2012, p. 9). Não queremos dizer com isso que a criança deva ser tratada como uma tábula rasa, que imponhamos, mas também não podemos que a educação seja tão espontaneísta, a ponto de perder suas especificidades, como sendo uma ação intencional.

A PHC então compreende o processo de alfabetização, como um marco, já que é com apropriação desses rudimentos que a criança irá se apoderar dos conhecimentos clássicos das áreas, logo assim, podendo ela mesma ler e compreender sobre o processo de revolução social.

Como ensinar uma alfabetização de acordo com a perspectiva marxista?

Como anteriormente foi dito, as ideias escolanovistas colocam o educando como o centro. Isso teve um impacto negativo, principalmente nas escolas públicas brasileiras. Como a iniciativa principal deve ser do educando, mais do que em outras concepções, é necessário um ambiente extremamente estimulante, o que tem um valor financeiro elevado, que não se encaixou na realidade da escola pública brasileira, o que conseqüentemente, causou um afrouxamento no aprendizado, como afirma Saviani (2012), sendo um dos constituintes do fracasso escolar, pois o professor não mais tinha a iniciativa principal para trazer conteúdos e nem havia um ambiente estimulante para que o educando fosse o protagonista, ou seja, o ensino confunde-se com a pesquisa (SAVIANI, 2012, p. 47).

A superação do fracasso escolar, em que as crianças entram e saem da escola sem os rudimentos básicos da leitura e escrita, propomos a adoção de uma metodologia baseada na pedagogia histórico-crítica e na psicologia histórico-cultural se apropriando do que é essencial na escola tradicional e na escola nova.

Esboçamos uma ideia de alfabetização que corresponda a proposta da PHC, que é fazer com que os conhecimentos acumulados e sistematizados pela humanidade sejam apropriados e usados a favor da classe trabalhadora. Para isso então, não podemos deixar de centralizar na



questão da consciência fonológica (COELHO, 2016), já que é deste modo que a criança compreende as relações das letras com os sons da fala, em que inicialmente devemos iniciar a apresentação do alfabeto com as 5 vogais e a partir daí apresentar as consoantes, mas isto, não como no método fônico, do clássico ba-be-bi-bo-bu, mas de forma contextualizada e que apresente a realidade de uma língua complexa, por meio uma palavra geradora, se assemelhando às ideias de Paulo Freire.

Em seguida deve se ensinar a fazer a decomposição das mesmas palavras em sílabas e a partir daí, formar novas famílias silábicas e palavras, mas a diferença dessa proposta com o método de alfabetização freiriano é a origem dessa palavra, e então entra a contribuição da escola nova, que enfatiza o letramento. A palavra vem de um texto intencionalmente escolhido, que pode ser um clássico infantil ou até mesmo uma matéria jornalística impressa, para que assim a palavra tenha um real significado para a criança e depois o nome da própria criança.

É importante ressaltarmos que a repetição faz parte do processo de alfabetização, como afirma Saviani (2011), que para podermos automatizar, transformar em segunda natureza uma atividade, temos que repeti-la, até incorporar, a questão é de que forma será feita essa repetição: podemos apresentar músicas, novos textos, artes plásticas, que reforcem o tema, palavra que estamos trabalhando.

Isto significa que da perspectiva da PHC se apropriar do conhecimento clássico, que a classe dominante quer reter, pois como afirma Saviani que (2012, p. 55), “o dominado não se liberta enquanto não dominar aquilo que os dominantes dominam.”, pois conseguem compreender a realidade que lhes é imposta e poder reivindicar seus interesses futuramente.

Salientamos ainda a importância do ensino de história no processo escolar, como forma de conhecer as contradições das sociedades e compreender a sua, a fim de poder transformá-la.

Com a eleição do nosso excelentíssimo presidente, Jair Bolsonaro, em 2018, as ideias reacionárias e negacionistas tiveram uma maior ênfase por parte da população, presidente e sua equipe, como podemos ver em um discurso, divulgado em rede nacional, de Bolsonaro, que se refere à crise pandêmica que estamos sofrendo em 2020 até o momento, do coronavírus, como uma “gripezinha”, como foi noticiado no site do jornal da BBC, no dia 24 de março de 2020.

Essa onda de desinformação e de negação ao que é verídico, afetou também o ensino escolar. Afirmamos, que essa onda já existia, apenas foi enfatizada com esse desgoverno.



Já no desgoverno do golpista Michel Temer, foi aprovada a nova BNCC no ano de 2018, em que as disciplinas que são categorizadas como ciências humanas como filosofia, história e sociologia, não tem a obrigação de serem fornecidas pelas escolas aos alunos do ensino médio, o que já se caracteriza como um ataque à ciência.

Nos anos iniciais do ensino fundamental, há a obrigatoriedade do ensino de história e podemos considerar a permanência dessa área de conhecimento como uma vitória rumo à uma educação que seja realmente revolucionária, pois, segundo Costa (2011), o ensino de história nos leva “a compressão do fato histórico, não de sua mera reprodução...” (p. 02).

Ainda de acordo com o autor, a nossa história foi e ainda é pautada como eurocêntrica, valorizando a ideia do europeu e deturpando outras imagens e do heroísmo. Isso já diz muito que nem sempre os fatos que realmente importam, se tornam história, o que dificulta nosso acesso e exposição aos alunos. Mesmo quando se trata da história nacional, regional, dá-se um efeito de salvador e de maior importância ao colonizador e nem se quer falamos da existência anterior da população que já residia naquele ambiente e nem de sua resistência, ou seja, fica inculcado na cabeça de nossas jovens crianças que essas pessoas simplesmente aceitavam o fato de serem exploradas.

Como citado anteriormente, compreender história, é compreender o fato histórico para poder interpretar a realidade e poder alterá-la.

Enfatizamos o ensino da história local, por ser algo que há uma práxis mais próxima. Ensinamos a criança sobre a origem de sua própria comunidade, entender como se originou, suas características e outros fatores e podemos comprovar isso de uma maneira mais realista, como por exemplo: no município de Vitória da Conquista, na Bahia, temos um objeto arquitetônico nomeado de Monumento ao Índio, em que podemos desembaraçar que é uma homenagem a população que aqui existia antes de serem invadidos pelos portugueses, que eram os Mongoyó, Ymboré e Pataxó. Falar sobre suas culturas, língua, hábitos, as participações que têm ainda hoje em nossa sociedade.

O site oficial da prefeitura municipal de Vitória da Conquista tem algumas informações sobre a história da cidade, como a população que aqui vivia, os conflitos que houve, os casarões da cidade e a cronologia do município. No entanto, gostaríamos de ressaltar o item que fala sobre os conflitos, como Costa (2011) afirmou, não é um ensino de história verdadeiro e sim uma história heroica do europeu. Não se cita no texto, o termo invasão e massacre, apenas que

os portugueses vieram, como se estivessem a passear e o as comunidades que aqui viviam simplesmente desapareceram.

Com isso, defendemos que deve haver de fato o ensino da história local, conhecer suas primeiras origens, é o que é mais factível para crianças pequenas e ainda assim, não deixa de ser conhecimento acumulado e sistematizado pela humanidade, ensinar sobre o que realmente aconteceu, isso é justamente a práxis.

Nos posicionamos em favor do ensino de história logo no 1º ano do ensino fundamental, que é quando se oficializa o início da alfabetização, aos 6 anos, mas a definição de alfabetização não é unânime e como já exposta, defendemos uma perspectiva de ensino que seja revolucionária, logo, marxista.

Compreendemos que o processo de alfabetização, que não é uma simples correspondência entre grafema e fonema, nem desenho das letras, por mais que essas questões sejam importantes, mas que se caracteriza pela formação de signo, como afirma Marsiglia e Saviani (2017), o processo de escrita se inicia na oralidade e como afirma Vygotsky (1991) o desenho é um processo da pré-escrita.

Durante o processo de alfabetização, de acordo com a ideia de Vygotsky (1991), de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), contrariando o método de alfabetização construtivista, de que o deve-se aplicar atividades diferentes de acordo com a capacidade que cada aluno já possui de domínio sobre a língua escrita e deixar que os que tem pouco domínio descubram o funcionamento da língua escrita, deve-se observar o que cada um pode fazer com auxílio, ZDP, com uma atividade uniformizada, utilizando-se do trabalho em grupo, em que as crianças se ajudam no processo.

O objetivo do processo de alfabetização é então, segundo Coelho e Mazzeu (2016, p. 2586) “[...] ensino centrado no uso da escrita como instrumento de formação de leitores/autores críticos, a partir da prática histórica e socialmente desenvolvida”.

Insistimos no ensino de história, em especial a local, de acordo com a Pedagogia histórico-crítica, já que ela compreende o processo de alfabetização, como um marco, já que é com apropriação dos rudimentos da leitura e escrita que a criança irá se apoderar dos conhecimentos clássicos das áreas, logo, podendo ela mesma ler e compreender sobre o processo de revolução social.

Referências

ANDRADE, Paulo Estevão; ANDRADE, Olga Valéria Campana dos Anjos; PRADO, Paulo Sérgio T. do. Psicogênese da língua escrita: Uma análise necessária. **Cadernos de Pesquisa**, v.47, n.166, p.1416-1439, out./dez. 2017.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetizando sem o bá-bé-bi-bó-bu**. São Paulo: Editora Scipione, 1998.

COELHO, Izac Trindade. **Pedagogia histórico-crítica e alfabetização: elementos para uma perspectiva histórico-crítica no ensino da leitura e da escrita**. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara, p. 117, 2016.

COSTA, Alex Silva. (2011). A Importância do Ensino de História nas Escolas e suas Implicações na Vida Social. *Anagrama*, 5(2), 1-7.

Em rede nacional, Bolsonaro critica fechamento de escolas e comércio e compara coronavírus “resfriadinho”. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52028945>. Acesso em: 09 maio 2021.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão; SAVIANI, Demerval. Prática pedagógica alfabetizadora a luz da psicologia histórico-cultural e pedagogia histórico-crítica. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 22, n. 1, p. 3-13, jan./mar. 2017.

MENDONÇA, Onaide Schwartz; MENDONÇA, Olympio Correa de. **Psicogênese da Língua Escrita**: contribuições, equívocos e consequências para a alfabetização. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Pró-Reitoria de Graduação. Caderno de formação: formação de professores: Bloco 02: Didática dos conteúdos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. v. 2. p. 36-57. (D16 - Conteúdo e Didática de Alfabetização).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em 09 maio 2021.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf. Acesso em: maio 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA. Primeiros habitantes. Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/primeiros-habitantes/>. Acesso em: 09 maio 2021.

RODRIGUES, Adriana Marques Lopes Fagundes; BERNARDO, Claudia; GIACON, Eliane de Oliveira. **Revista Philologus**, Ano 20, N° 60 Supl. 1: Anais da IX JNLFLP. Rio de Janeiro: CiFEFiL, set./dez.2014.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11ª ed. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. 42 ed. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2012.

SCLIAR-CABRAL, Leonor. A desmistificação do método global. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 48, n. 1, p. 6-11, jan./mar. 2013.

SEBRA, Alessandra Gotuzo; DIAS, Natália Martins. Métodos de alfabetização: Delimitação de procedimentos e considerações para uma prática eficaz. **Rev. Psicopedag**, vol.28, n.87, São Paulo, 2011.

VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente**. 4 ed. Livraria Martins Fontes Editora. São Paulo – SP, 1991.